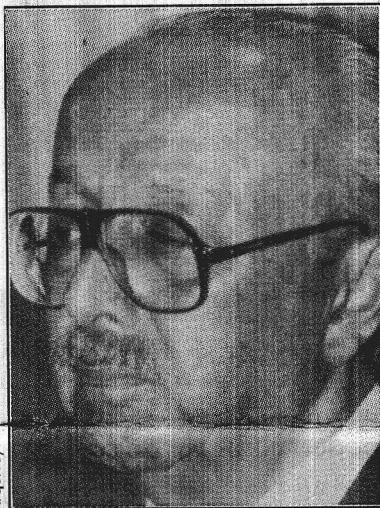


386 PATRIMÔNIO SÓ POUPA TRÊS

Recomenda cassação de 17 mandatos e investigação sobre Humberto Lucena

O relatório da Subcomissão de Patrimônio, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), poupou apenas três parlamentares da lista total de investigados pela CPI do Orçamento. Para os demais, o relatório propõe a cassação do mandato, por falta de decoro parlamentar, ou a continuação das investigações pelo Ministério Público Federal e pela Receita Federal. Nem mesmo o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), escapou de ser citado, por suspeitas de irregularidades. Foi proposto o envio do seu nome para investigação pela Procuradoria-Geral da República e pela Receita. Os três absolvidos são: o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e os deputados Valdomiro Lima (PDT-RS) e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA).

O relatório recomenda, por causa de crime de sonegação fiscal



Arquivo/AE

Lucena: suspeito.

é variação patrimonial a descoberto, sem renda declarada compatível com a evolução do patrimônio, a cassação de 17 parlamentares. São eles: deputados Genivaldo Correia (PMDB-BA),

José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Aníbal Teixeira (PTB-MG), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Luiz Maia (PPR-PI), José Carlos Vasconcellos (PRN-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Ézio Ferreira (PFL-AM), João Alves (sem partido-BA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Flávio Derzi (PP-MS), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Raquel Cândido (PTB-RO). Senadores Rachid Saldanha Derzi (PRN-MS), Ronaldo Aragão (PMDB-RO) e o suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ).

Contra os deputados Carlos Benevides (PMDB-CE), Paes Landim (PFI-PI) e Uldurico Pinto (PSB-BA), a subcomissão informou ter encontrado sérios indícios de irregularidades, mas não juntou elementos para propor a cassação. O destino dos três vai ser decidido pelo relator deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).